

## A cidadania infanto-juvenil em questão: O Programa de Formação em Cidadania Infanto-Juvenil no contexto do socioambientalismo

Ana Cláudia Delfini Capistrano de Oliveira<sup>1</sup>  
Fernanda de Salles Cavedon<sup>2</sup>  
Maria de Lourdes Alves Lima Zanatta<sup>3</sup>  
Maria Fernanda Gugelmin Girardi<sup>4</sup>  
Julian Grasielle Gonçalves<sup>5</sup>  
Maiti Mattoso Fontana<sup>6</sup>  
Simone Cristina Davel<sup>7</sup>

**Resumo:** Este artigo apresenta uma reflexão sobre cidadania a partir das experiências dos professores e alunos do Programa UNICIDADE/UNIVALI na realização de Oficinas de Capacitação para professores da rede municipal de ensino de Itajaí sobre o livro para crianças/adolescentes chamado "CADERNO DE CIDADANIA". A proposta do "CADERNO" é oferecer ao professor subsídios teóricos e práticos para o fortalecimento de ações participativas e democráticas com vistas à efetivação dos direitos e deveres atinentes à cidadania. Porém, é preciso esclarecer o significado e o alcance desta palavra uma vez que seu uso se generaliza de tal forma que torna-se necessário historicizar o conceito e analisar suas diferentes e complexas vertentes. Assim, na primeira parte deste artigo discute-se as perspectivas teóricas sobre cidadania a partir de autores como Demo, Santos e Bobbio pela contribuição que deram ao tema. Na segunda parte apresenta-se o relato das oficinas com professores para a utilização do "CADERNO" como instrumento facilitador para o reconhecimento da realidade da criança/adolescente na sociedade brasileira e das possibilidades de cidadania que ora se apresentam em nossa sociedade.

**Palavras-chave:** cidadania – formação - socioambientalismo

### Introdução

O objetivo deste artigo é apresentar uma análise sobre o histórico e a atuação do Programa de Formação para a Cidadania Infanto-Juvenil da Universidade do Vale de Itajaí/Univali, em seus aspectos teóricos, históricos e práticos a fim de se discutir os resultados alcançados até o momento através da utilização do Caderno de Cidadania, um livro para crianças e adolescentes, em algumas entidades sociais do município de Itajaí, Estado de Santa Catarina.

Para atingir seu objetivo, o artigo foi dividido em três partes. A primeira delas se refere à discussão teórica na qual se apresentam os principais autores e conceitos que embasam o Programa de Formação. A segunda parte, por seu turno, reporta-se ao histórico do referido Programa institucional, bem como sua estrutura, metas e delineamentos atuais. A última parte esboça as atividades realizadas no ano de 2006, seguida de uma breve avaliação das mesmas.

### 1. Cidadania em questão

A discussão sobre cidadania já é uma tradição nos estudos sociológicos, e graças a esta tradição a sociedade brasileira discute e problematiza este conceito de variadas formas. Diante disto, não é necessário discorrer sobre a farta bibliografia que

<sup>1</sup> Professora Mestre dos Cursos de graduação em: Direito, Ciências Sociais e Medicina da UNIVALI.

<sup>2</sup> Professora Doutora dos Cursos de graduação e Pós-graduação em Direito da UNIVALI

<sup>3</sup> Professora Mestre do Curso de graduação em Direito da UNIVALI

<sup>4</sup> Professora Mestre do Curso de graduação em Direito da UNIVALI

<sup>5</sup> Acadêmica do Curso de graduação em Direito da UNIVALI

<sup>6</sup> Acadêmica do Curso de graduação em Engenharia Ambiental da UNIVALI

<sup>7</sup> Acadêmica do Curso de graduação em Direito da UNIVALI

trata do tema, apenas chamar a atenção para algumas particularidades do conceito que são pertinentes ao Caderno de Cidadania. A matriz teórica norteadora do Programa de Formação para a cidadania infanto-juvenil revela uma destas particularidades, qual seja, a dimensão participativa da cidadania, um potencial ainda tão pouco desenvolvido na sociedade brasileira. É com base nesta peculiaridade que a proposta de formação em cidadania que se visa a desenvolver com o Caderno tem como contexto o socioambientalismo, como adiante.

Entretanto, discutir cidadania no alvorecer do século XXI implica em esboçar respostas que dêem conta das amarras sociais que ainda emperram a participação de inúmeros grupos sociais ao acesso e vivência cotidiana da cidadania. Na grande maioria destes grupos sociais, estão crianças e adolescentes condenados à não-cidadania. Pensando neles, o Caderno de Cidadania foi elaborado para ser utilizado pelas crianças e adolescentes do ensino fundamental das escolas municipais de Itajaí como uma das alternativas de formação para a cidadania que o programa prevê, através de treinamentos oferecidos aos professores e gestores educacionais.

A escola pública é considerada por diversos segmentos sociais como o “maior patrimônio popular de um país”, mas diante do descaso com a educação a palavra “popular” ganha estigmas como “popular é sinônimo de pobreza” e por isso as escolas públicas não precisam primar pela qualidade de ensino, uma vez que seus alunos já estão em condição de “subalternidade”<sup>8</sup>, ou como afirma Jessé Souza, já estão em condição de “subcidadania”<sup>9</sup>. Este estigma reduz o ensino a mero instrucionismo por meio do qual o conhecimento é “repassado”, “transmitido” aos alunos, o que gera uma atitude passiva diante do conhecimento e um imobilismo diante da própria sociedade.

Certamente que este estigma contribui para a desvalorização dos professores, tanto em termos de formação e remuneração como também contribui para desmotivá-los na superação de todo tipo de instrucionismo<sup>10</sup> e autoritarismo em sala que impeça o exercício da participação do aluno na conquista de sua cidadania.

Assim, desde o início do Programa foi necessário pensar sobre a forma como

---

<sup>8</sup> Para Demo, a condição de subalternidade é menos carência material do que incapacidade cidadã. O pobre é, sobretudo, subalterno quando aceita esta condição sem crítica, como situação imutável.

<sup>9</sup> A condição de subcidadania para Souza implica na naturalização da desigualdade social no Brasil, que reconhece os direitos e deveres do cidadão, mas o classifica de variadas formas, incluindo os pobres e principalmente os negros na categoria de subcidadão, isto é, cidadãos de segunda categoria.

<sup>10</sup> Como diz Demo, busca-se conhecimento e não educação. Na obra **Cidadania Pequena (2001)** Demo apresenta uma crítica severa do instrucionismo, que entende a educação “*como atividade de fora para dentro e de cima para baixo. Educação, no entanto só é genuína de dentro para fora e isto desde pelo menos Sócrates, quando defendia sua maiêutica. Aprender a desdobrar as potencialidades do ser humano, abrir novos horizontes, provocar a consciência crítica, levar ao saber pensar... (...) O problema do instrucionismo está em que alimenta a condição de massa de manobra à medida que torna o aluno passivo, subalterno, reprodutivo. Em vez de saber manejar o conhecimento com autonomia, contenta-se, em reproduzir como simples porta-voz ou marionete*”.(2001, p.92).

hoje se apresenta a cidadania no contexto escolar, afinal, como observa CANDAU *et alii* (1995, p. 14):

a escola, que deveria exercer um papel de humanização a partir da aquisição de conhecimentos e de valores para a conquista do exercício pleno da cidadania, tem muitas vezes favorecido a manutenção do *status quo* e refletido as desigualdades da sociedade, reforçando as diferenças entre ricos e pobres.

Ora, se a escola, em vez de humanizar e preparar para a cidadania reforça a desigualdade social e “desciviliza” o aluno, então é preciso começar do zero. Não adianta falar de participação, de conscientização (aliás, uma palavra bastante problemática) para uma criança ou um adolescente que não se sente assim, que não se vê nem como cidadão e nem como sujeito, nas palavras do sociólogo Pedro Demo: “Cidadania é a competência humana de fazer-se sujeito para fazer história própria e coletivamente organizada.”(DEMO, 1995, p.01). Estas palavras apresentam os dois pilares que norteiam o Caderno de Cidadania - Em primeiro lugar, fazer-se sujeito para fazer história própria e em segundo lugar, fazer história própria **mas** coletivamente organizada.

Se a escola é uma entidade representativa da sociedade civil, ela deve ser palco não só de discussão e diálogo, mas também de desenvolvimento de hábitos e atitudes transformadoras que podem, na sua persistência e continuidade, formar agentes transformadores de um bairro, de uma cidade, de uma nação e do mundo. Caso contrário, ao invés de avançarmos na conquista de uma cidadania ativa (BENEVIDES,1991) continuaremos reféns de uma cidadania tutelada e assistida (DEMO, 1995) marcada pelo compasso do mercado e da competitividade que, infelizmente, ainda são as marcas da educação pública no Brasil. Para mudar esta realidade, como Demo tem mostrado em suas obras, somente se houver:

...uma decidida conscientização e educação permanentemente qualificada em torno da formação e correto exercício da cidadania assim como o desenvolvimento comunitário. Neste sentido, torna-se improrrogável planejar e executar programas específicos capazes de favorecer a formação integral e harmônica, democrática, consciente e responsável mediante – entre outras alternativas – promoção e formação para cidadania; promoção da cultura e de uma educação que possibilite a todos os cidadãos a sua habilitação para ser pessoa digna, construtiva e solidária, comprometida mediante participação, responsável e generosa, na construção de uma sociedade mais justa, fraterna, democrática e libertadora.(1995, p.180-181).

Outro autor central neste debate é Norberto Bobbio. Para o referido autor, na obra **A era dos direitos** (1992), não adianta falarmos da cidadania como mera retórica, este debate não se resume na justificação dos direitos do homem, já consagrados historicamente com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, mas falar em cidadania implica especialmente na **proteção** dos direitos e deveres e “no

modo mais seguro para garanti-los, para impedir que, apesar das solenes declarações, eles sejam constantemente violados.” (1992, p.25). Para que haja essa devida e justa proteção, Bobbio (1992, p.45) mostra a necessidade premente de resolver o problema das desigualdades sociais a fim de se obter um eqüitativo desenvolvimento global da civilização humana:

Não se pode pôr o problema dos direitos do homem abstraindo-o dos dois grandes problemas de nosso tempo, que são os problemas da guerra e da miséria, do absoluto contraste entre o excesso de potência que criou as condições para uma guerra exterminadora e o excesso de impotência que condena grandes massas humanas à fome. Só nesse contexto é que podemos nos aproximar dos direitos com senso de realismo.

Da mesma forma, Boaventura de Sousa Santos na obra **Democratizar a democracia (2002)**, alude ao mesmo senso de realismo quando fala que o tempo atual é um tempo paradoxal, um tempo de regresso em todos os sentidos (escravatura, servidão, guerras, pandemias..) sendo o principal deles, o sentido da palavra democracia. De fato, o sentido desta palavra se perdeu para cerca de 45% de crianças/adolescentes em condição de pobreza com famílias que recebem até ½ salário mínimo, como fruto da chamada “questão social”, a maldita “herança histórica brasileira da desigualdade” (PAOLI apud SANTOS, 2002, p.388).

Para fazer uma discussão sobre os direitos da criança/adolescente no Brasil com um mínimo de senso de realismo, temos que concordar com a historiadora Mary del Priore quando diz que esta história, desde a época colonial, é permeada mais pela violência do que pela educação “*num país onde, há quinhentos anos, a formação social da criança passa mais pela violência explícita ou implícita do que pelo livro, pelo aprendizado e pela educação, raramente aproximam as crianças de conceitos como civilidade e cidadania.*” (2000, p.105). Para mudar esta história, é preciso refletir sobre estes conceitos a partir de algumas conquistas já consolidadas na sociedade, como a conscientização de uma “democracia cidadã” ou de uma “cidadania participativa” a partir da cidadania socioambiental, e neste caso, a participação das crianças/adolescentes pode ser o caminho para a difusão dos direitos sociais e ambientais como extensão da cidadania infanto-juvenil.

## **2. O socioambientalismo como contexto para a cidadania infanto-juvenil**

Por muito tempo, a abordagem das questões ambientais esteve dissociada das questões sociais, culturais, políticas e econômicas, ficando restritas às contribuições da ciência. Assim, configurava-se como um ambientalismo de forte conteúdo técnico-

científico, que apresentava certas limitações frente à complexidade das questões e conflitos ambientais, que envolvem comunidades e grupos, uma gama variada de interesses, decisões políticas e implicações econômicas.

Assim, decisões importantes em matéria ambiental, tomadas apenas com base em critérios científicos, acabavam gerando impactos sociais significativos, podendo configurar-se como excludentes ao desconsiderar interesses de comunidades e grupos.

A constatação de que a sustentabilidade ambiental estava fortemente ligada à questão socioeconômica e política, de que era preciso ir além da proteção de ambientes específicos para influenciar políticas públicas, estimular os processos decisórios democráticos, interagir com outros movimentos sociais e buscar parcerias, propor padrões diferenciados de desenvolvimento, é o passo seguinte que leva ao socioambientalismo. Os ambientalistas, de maneira geral, tinham se mantido afastados, até então, de temas como exclusão e desigualdade social, discriminação racial e cultural, pois ainda não havia ficado claro que estes temas estavam diretamente ligados à questão ambiental e a criação de condições mais favoráveis a sustentabilidade. Assim é que as condições e possibilidades para o exercício da cidadania no âmbito das questões ambientais beneficiou-se da transição para o socioambientalismo, entendido como um contexto favorecedor das práticas cidadãs ao estimular a democratização da gestão ambiental. O socioambientalismo é fruto da articulação entre o movimento ambientalista e os movimentos sociais, que promovem uma fusão de suas agendas, entendendo que suas demandas e lutas possuíam pontos comuns e poderiam se fortalecer através desta articulação. Nasceu na segunda metade dos anos 80 do séc. XX, pela articulação política destes movimentos e se consolidou na década de 90.

O socioambientalismo visa, assim, à conjugação dos fatores ambientais de caráter técnico com o seu contexto social, econômico, cultural, étnico e político. Reconhece os saberes e os fazeres populares, as construções culturais sobre o ambiente, como fatores determinantes para a busca de soluções para os conflitos incidentes sobre bens socioambientais e de formas diferenciadas de gestão destes bens. Como salienta SANTILLI (2005, p. 34) *“o novo paradigma de desenvolvimento preconizado pelo socioambientalismo deve promover e valorizar a diversidade cultural e a consolidação do processo democrático no país, com ampla participação social na gestão ambiental”*.

É por esta razão que o socioambientalismo tem uma estreita relação com a criação de condições mais favoráveis ao exercício da cidadania, através da criação e consolidação de espaços públicos decisórios, entendendo-se que as decisões em

matéria ambiental devem ser construídas coletivamente, com a participação direta da coletividade, titular do patrimônio socioambiental. Propõe o desenvolvimento de uma democracia ambiental, capaz de fortalecer a cidadania ambiental e o exercício dos direitos ambientais essenciais, que integram seu núcleo: acesso à informação, participação pública nos processos decisórios e acesso à justiça.

Pode-se dizer, então, que o socioambientalismo é um novo paradigma no entendimento da questão ambiental e em buscar formas mais adequadas de gestão do meio ambiente, com a participação direta da coletividade, valorizando seus conhecimentos e sua forma de relação com o seu meio. É compreender que o ambiental não pode ser entendido fora do social, que a questão ambiental está diretamente relacionada à saúde, trabalho, renda, educação, qualidade de vida e cidadania.

Este novo modo de entender a questão ambiental ganha reconhecimento a partir da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que protege um conjunto de direitos e interesses de caráter coletivo referentes ao meio ambiente, à cultura, ao desenvolvimento socioeconômico sustentável e ao respeito a todas as etnias e suas formas de vida. Por outro lado, o socioambientalismo requer que se entenda e aplique estes direitos de forma integrada, pois não podem ser adequadamente implementados de forma isolada. É neste contexto que o Instituto Socioambiental, uma organização não governamental voltada para a promoção do socioambientalismo, propõe a adoção da expressão “Direito Socioambiental” (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2004, P. 190):

(...) a Constituição estabeleceu as bases de um direito moderno – o direito socioambiental, que se caracteriza por um novo paradigma de direitos da cidadania, passando pelos direitos individuais e indo muito além. Não se trata da soma linear dos direitos sociais e ambientais previstos no ordenamento jurídico do País, mas de um outro conjunto resultante da leitura integrada desses direitos, pautada pela tolerância entre os povos e pela busca do desenvolvimento comum e sustentável.

Este novo Direito Socioambiental, ou seja, o suporte jurídico necessário à promoção do socioambientalismo, está centrado na proteção dos chamados bens e direitos socioambientais. MARÉS (2002, P. 38) define os bens socioambientais como:

todos aqueles que adquirem essencialidade para a manutenção da vida de todas as espécies (biodiversidade) e de todas as culturas humanas (sociodiversidade). Assim, os bens ambientais podem ser naturais ou culturais, ou se melhor podemos dizer, a razão da preservação há de ser predominantemente natural ou cultural se tem como finalidade a bio ou a sociodiversidade, ou a ambos, numa interação necessária entre o ser humano e o ambiente em que vive.

Há, assim, uma forte ligação entre o socioambientalismo, o chamado direito socioambiental e o alcance de formas de proteção mais efetiva da

sociobiodiversidade, na medida em que reconhece a ligação intrínseca entre o ambiente natural ou construído e as diversas formas apropriação material e simbólica do mesmo pelas comunidades a partir de seus saberes, de sua cultura, de suas formas de vida e de relação com o seu meio. O objeto de proteção deixa de ser exclusivamente o ambiente em si, mas a variedade de formas de relação entre este e o ser humano. Ou seja, adota-se uma percepção mais ampla da questão ambiental, entendendo que a sustentabilidade só pode ser alcançada dentro de um contexto de inclusão social, democracia racial, valorização cultural, geração de emprego e renda, acesso à informação, à participação, à saúde e à educação, ou seja, num contexto mais favorável à cidadania.

É em razão das questões apresentadas, que se optou pelo socioambientalismo como contexto teórico e prático para o desenvolvimento do Programa de Formação para a Cidadania Infanto-Juvenil. Busca-se estimular a formação de uma consciência cidadã mais engajada, ativa e participante, capaz de estabelecer relações entre as questões ambientais, políticas, econômicas, sociais, culturais e étnicas. A partir desta construção, espera-se que o público infanto-juvenil possa se comprometer com a criação de contextos mais favoráveis ao exercício da cidadania socioambiental e com a promoção de um modelo de desenvolvimento e mesmo de vida mais sustentável e justo. O intuito do Programa, além do estímulo à formação de uma consciência socioambiental, é preparar futuras lideranças locais que possam ter uma participação mais qualificada nos espaços públicos decisórios e contribuir para a consolidação do socioambientalismo e do contexto mais democrático, participativo e justo que propõe.

Neste sentido, é importante mostrar que um dos passos para a conquista desta autonomia infantil para o preparo das futuras lideranças locais diz respeito à educação ambiental nas escolas. Nas escolas, os projetos de educação ambiental podem seguir um programa que contribua para o desenvolvimento sustentável de sua localidade através da adoção de projetos interdisciplinares, como o próprio Caderno. A educação ambiental tem a missão de contribuir com a formação da sociedade sustentável, na reorientação e na capacitação das pessoas para a construção de um novo estilo de desenvolvimento local, sem perder sua dimensão biosférica (Silva, 1996).

### **3. Histórico do Programa para a Formação da Cidadania Infanto-Juvenil**

Tudo começou no ano de 2002 com o Projeto “*Cidadania e Meio Ambiente na Escola: A Cartilha do Cidadão Mirim*”, no qual se trabalhou a temática do exercício da cidadania nas questões ambientais junto aos alunos da Escola Básica Ariribá no Bairro Praia Brava/Itajaí/SC, teve como objetivo construir conhecimentos em prol da formação do cidadão, reconhecimento e exercício de direitos/deveres e mobilização

comunitária em prol da temática ambiental, por parte dos alunos da dita escola.



Cidadania e Meio Ambiente na Escola: A Cartilha do Cidadão Mirim - Escola Básica Ariribá, acervo particular.

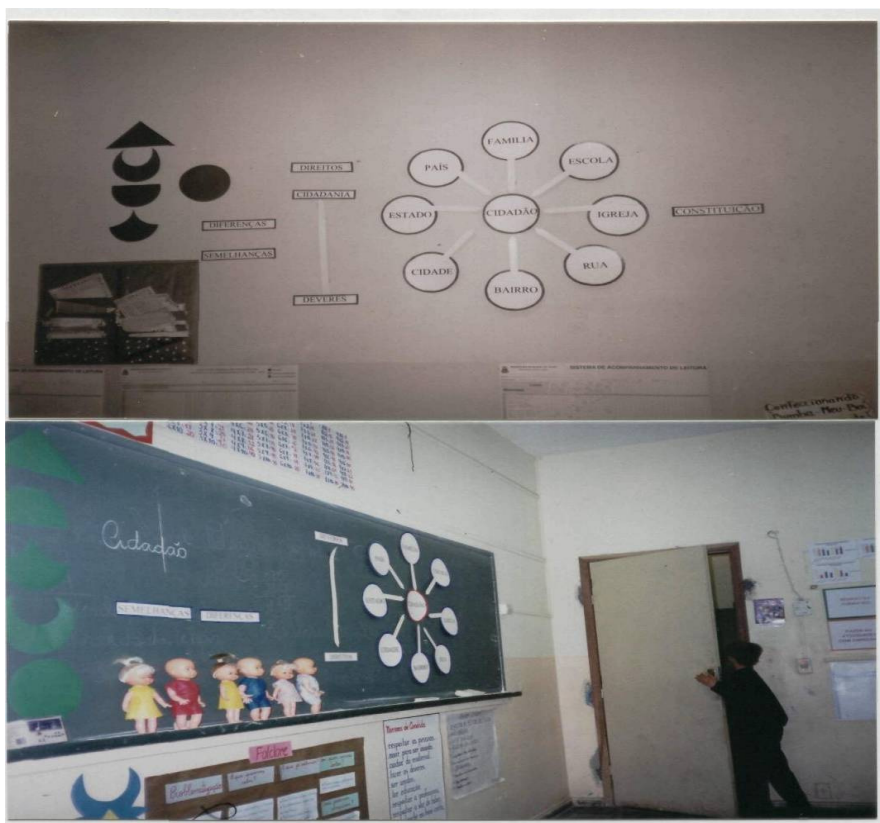
Este projeto inicial integrava o Programa de Monitoramento Ambiental Voluntário (MAV) – “Clube Olho Vivo” nas Escolas, desenvolvido pela equipe do Laboratório de Educação Ambiental (LEA) do Centro de Ciências Tecnológicas da Terra e do Mar – CTTmar, a fim de complementar as atividades desenvolvidas por esse programa de monitoramento ambiental voluntário orientado à Educação Ambiental e baseava-se na formação do “Clube Olho Vivo” - monitores mirins voluntários na escola - no qual era valorizado o “fazer-se sujeito e fazer história própria” (DEMO, 1995) e a coletividade, mediante mobilização e organização comunitária. O Programa, enquanto proposta de Educação Ambiental Comunitária, estava fundamentado na pedagogia da autonomia, e partiu da realidade socioambiental da própria escola.

Como resultado da experiência havida no Clube Olho Vivo, identificaram-se temas a serem trabalhados com as crianças que incentivassem o exercício da cidadania nas questões ambientais, ponto de partida para a aplicação de metodologia específica e adequada para a construção de conhecimentos que formassem a consciência cidadã no dito clube, para que pudessem ser agentes transformadores de seu contexto sócio-ambiental. Produziu-se um modelo piloto de cartilha sobre cidadania e meio ambiente direcionada ao público infante-juvenil que poderia ser utilizada como instrumento para a formação da consciência cidadã. No ano de 2003, iniciou-se o segundo Projeto “Cidadania e Meio Ambiente nas Escolas da Praia Brava – Etapa 2: Aplicando a Cartilha do Cidadão Mirim e Interagindo com os Professores”, atuantes na Escola Básica Ariribá e na Escola Básica Yolanda Laurindo Ardigó (ambas localizadas no bairro Praia Brava em Itajaí). Esta foi a segunda etapa do projeto na



qual a proposta de Cartilha construída na Etapa 1 foi testada e aprimorada junto aos professores e alunos, para que pudesse se constituir em material pedagógico para as escolas. Visou-se, ainda, desenvolver atividades voltadas aos professores no intuito de capacitá-los para incorporar temas ligados à cidadania nas suas disciplinas, e estimulá-los a uma maior interação com as atividades desenvolvidas pelo projeto.

Paralelamente a este projeto, estavam em desenvolvimento dois outros projetos de extensão em outro bairro da cidade, o bairro Nossa Senhora das Graças, com objetivos e princípios semelhantes. O primeiro, “*Apre(e)ndendo a Cidadania: Direitos Humanos no Banco Escolar*” tinha seu foco de atuação na Escola Básica Carlos de Paula Seara e o segundo, “*Ação Cidadã: Aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente numa comunidade*”, atuava junto à Associação de Moradores deste mesmo bairro. A forma de inserção do tema cidadania se dava, nestes projetos, de diferentes formas. No caso do primeiro, a inserção se dava mediante uma parceria com a escola para que o tema da cidadania fosse desenvolvido no ensino fundamental, a partir dos alunos da 4ª série. A equipe do projeto, juntamente com as professoras do colégio, desenvolvia temas relativos ao conceito de cidadania através de várias dinâmicas e técnicas para que as turmas fossem estimuladas a criar o seu próprio conceito de cidadania, como princípio orientador da discussão sobre direitos humanos.



Apre(e)ndendo a Cidadania: Direitos Humanos no Banco Escolar” – Escola B.Carlos de Paula Seara (acervo particular).

As dinâmicas consistiam, basicamente, em analisar a atual Constituição da República Federativa do Brasil em seus artigos 5º, caput e 6º - Dos Direitos Sociais-juntamente com a Constituição do Estado de Santa Catarina e a Lei Orgânica de Itajaí. A partir destes documentos, que garantem e protegem os direitos e deveres do cidadão, as turmas refletiam sobre sua prática e efetividade, discussão muito importante para compor o conceito de cidadania que era criado ao final de cada aula pelos alunos.

Todavia, a criação do conceito de cidadania pela turma era tão somente uma estratégia para se pensar o princípio da autonomia dos jovens em relação ao seu próprio posicionamento perante a sociedade. O resultado foi a elaboração de diversas estratégias como a apresentação de um teatro e a criação de um varal de poesias e poemas sobre cidadania, sobre a participação no cotidiano escolar, do bairro etc. A finalização deste projeto foi a organização de uma passeata da escola até a Universidade para a apresentação de todos os trabalhos elaborados pelos alunos no Auditório do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais (CEJURPS), com a participação da Coordenadora Pedagógica da escola, dos professores, amigos e familiares das crianças, monitoras do projeto e autoridades da Univali.

O segundo projeto, desenvolvido por uma professora e uma acadêmica do curso de Ciências Sociais da Univali, "*Ação Cidadã: Aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente numa comunidade*", também possuía um diferencial de atuação no que diz respeito ao acesso à cidadania, pois seu público-alvo não eram as crianças matriculadas nas escolas mas as crianças do bairro Nossa Senhora das Graças. Através da Associação de Moradores foi possível reunir as crianças, uma tarde por semana, para as oficinas sobre cidadania. As oficinas eram realizadas com 10 crianças entre 07 e 10 anos numa das salas da Associação com um único objetivo: apresentar o Estatuto da Criança e do Adolescente de forma lúdica e interativa para que as próprias crianças discutissem o que entendiam por cidadania, e a partir disto, desenvolver uma conversa sobre direitos e deveres.

A principal atividade desenvolvida pelas crianças era desenhar sobre cada direito estudado, de acordo com o próprio Estatuto. Com isso, duas metas eram alcançadas – a primeira era usufruir um espaço próprio da comunidade, reivindicado e legitimado por ela, porém, um espaço eminentemente de adultos. A segunda meta era socializar o Estatuto e permitir que cada criança se manifestasse a respeito de cada direito e de cada obrigação correspondente, a fim de enfatizar o princípio da emancipação e do direito da criança de se expressar e comunicar suas idéias a partir de sua própria vivência e da leitura que ela faz da realidade. O resultado disto foram desenhos

impressionantes e de certa forma chocantes, que denunciavam a realidade da prostituição infantil e do alcoolismo que afetavam as famílias daquele bairro.

Jovens, crianças... Cidadania socioambiental, direitos humanos, direitos da criança e do adolescente... Tantos caminhos percorridos sem estarem compartilhando os mesmo princípios e os mesmo resultados! Diante desta realidade, era mister conjugar todas estas ações e resultados num único programa que aprimorasse sua atuação comunitária em prol da cidadania participativa: **O Programa de Formação para a cidadania infanto-juvenil.**

Nascia, no ano de 2004, o Programa de Formação para a Cidadania Infanto-juvenil, projeto de extensão integrante do Programa Unicidade da Universidade do Vale de Itajaí. Seu objetivo é implementar um Programa de Formação voltado ao público infanto-juvenil centrado nos Direitos Fundamentais, no Estatuto da Criança e do Adolescente e nos Direitos Socioambientais, por meio da estruturação de material didático-pedagógico e oficinas de cidadania aplicado nos âmbitos da educação formal e comunitária com vistas à formação de multiplicadores. Finalmente, 2006 foi o ano da concretização de parte importante dos objetivos do Programa. A Cartilha do Cidadão Mirim se transformou em “Caderno de Cidadania” e teve sua publicação e catalogação com uma tiragem inicial de oito mil cópias, desenvolvido com recursos da Assembléia Legislativa de Santa Catarina. Outra etapa igualmente importante é o trabalho que ora desenvolvemos, o “Livro do Formador”, um livro que contém dados sobre a cidadania no Brasil em todas as suas dimensões com diversos textos das ciências sociais e jurídicas como “suporte” para ações regionalizadas e adequadas às mais diversas realidades, com vistas à formação de agentes multiplicadores de cidadania.

#### **4. Ações realizadas: Capacitação de professores e gestores da rede pública municipal de Itajaí**

Por sugestão da própria Secretaria da Educação do Município de Itajaí, através de sua Coordenação de Projetos para o Ensino Fundamental, a Oficina de Capacitação do Caderno de Cidadania foi realizada em julho de 2006 durante o *X Seminário Municipal de Educação: Escola, Espaço de Mudanças e Conquistas*, nas dependências da Univali, totalizando uma carga horária de 8 horas com 81 participantes, dentre professores e gestores municipais. O objetivo da Oficina foi a apresentação da proposta do Programa através da utilização do Caderno como instrumento facilitador para a cidadania participativa.

Na primeira parte foi apresentada, pelas professoras do projeto, uma discussão sobre a realidade da criança/adolescente na sociedade brasileira atual para gerar uma discussão sobre as possibilidades de cidadania que ora se apresentam em nossa

sociedade e o modo como a escola absorve, ou não, esta discussão em seu cotidiano. Se é necessário discutir propostas participativas para o fortalecimento da cidadania infanto-juvenil, então, a condição inicial é refletir sobre a estrutura escolar e seu processo pedagógico, a formação de professores, os inúmeros projetos sociais que muitas escolas executam sobrepondo atividades aos professores, enfim, questões que há muito são discutidas pelos orientadores e supervisores escolares. Discutiu-se, ainda, que as iniciativas para uma cidadania mais participativa, que integre o aluno à sua comunidade assim como estabeleça uma nova relação deste aluno com a própria escola (através dos grêmios estudantis, por ex) através do fortalecimento dos vínculos da escola com a própria comunidade, via de regra são iniciativas isoladas de professores e/ou supervisores e mesmo quando há escolas que desenvolvem projetos comunitários de grande relevância, ainda acontecem de forma particularizada e pouco articulada com outras escolas.

Sobre este ponto, convém observar a reação dos alunos da equipe do Programa que estavam na assessoria da Oficina. Durante este “desabafo”, muitos professores aproveitaram para demonstrar seu total desinteresse pela elaboração de aulas diferenciadas; muitos professores fizeram questão de resistir à dinâmica da divisão em grupos de trabalho com elevadas atitudes de desânimo e descrença para com a proposta do Caderno. Com as críticas devidamente esclarecidas, alguns professores decidiram não participar dos grupos para realizarem outras tarefas como terminar de ler um livro ou de corrigir provas no auditório, uma vez que, para alguns professores, não era interessante alterar sua rotina escolar. Certamente que os motivos são conhecidos e justificados, como baixos salários, jornadas e treinamentos excessivos, mas os demais professores da oficina também se posicionaram a favor da condução dos grupos de trabalho, pois tinham interesse em elaborar atividades educativas de cunho participativo.

Todavia, o interessante a ser observado foi a maneira como os alunos do Programa acompanharam este debate e se “indignaram” com a postura dos outros professores, houve entre eles um confronto de idéias muito grande pois até então, como descrito anteriormente, alguns haviam participado de oficinas em escolas públicas que possuem uma visão emancipatória e humanista sobre a educação, ao contrário da grande realidade das escolas públicas. Por outro lado, muitos alunos estavam “estreando” na oficina e, diante disso, as divergências das idéias entre os professores soava para eles como a tradução dos antagonismos e dos paradoxos da própria realidade educacional brasileira.

Resolvido o “embate”, verificou-se que este primeiro momento foi muito pertinente para orientar a composição dos Grupos de Trabalho no segundo momento,

(4 grupos que representavam 13 escolas, com 48 professores), quando então os professores e gestores passaram a analisar o aprofundamento teórico-prático do Caderno como instrumento de ensino-aprendizagem. A partir das análises sobre o Caderno, os Grupos elaboraram um planejamento educativo que continha as seguintes perspectivas, na fala dos próprios professores e gestores:

1) Pensar estratégias de promoção da cidadania infanto-juvenil em suas mais variadas frentes, 2) O entendimento dos alunos sobre cidadania como forma de valorização da fala da criança/adolescente, 3) Seu entendimento sobre ser ou não um cidadão, 4) A questão frágil e complexa dos direitos e deveres da criança/adolescente frente à sociedade e ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

A compreensão dos professores a respeito do Caderno apenas como mais um livro para-didático para utilização em sala de aula foi superada à medida em que se aprofundava a reflexão sobre a própria idéia de cidadania que a escola (e sua estrutura formal de ensino-aprendizagem) acaba por refletir através da obrigatoriedade da transmissão vertical do conhecimento, em clara oposição à proposta participativa que leva à atividades mais integradoras entre professor e aluno (e naturalmente entre a escola e comunidade) como saídas de campo para pensar os problemas de infraestrutura do bairro, pesquisa política na cidade através da visitação à Prefeitura, Câmara de Vereadores, diagnóstico socioambiental na comunidade etc. A fala de um jovem professor de Matemática resume os temas elencados pelos Grupos de Trabalho:

A cidadania é um assunto que se estende para qualquer área do conhecimento, assim como um professor de matemática pode dar uma pequena contribuição para a formação do cidadão. O fruto desta contribuição poderá ser, mais tarde, a formação de um cidadão crítico, ético, e com responsabilidade suficiente para viver em uma perfeita sociedade humana. (professor de matemática)

Quer dizer, cidadania não se discute sozinho! Nenhuma disciplina pode deter o monopólio desta discussão e desta ação, portanto, falar em cidadania infanto-juvenil é reconhecer a criança e o adolescente como decisivos neste processo, é pensar a própria condição de cidadania no mundo atual, pensar uma escola mais atuante na comunidade, aulas mais participativas e professores mais integrados nas várias disciplinas. A sala de aula torna-se um ambiente de construção de valores e comportamentos participativos para que o cidadão se expresse, interpretando e transformando a sociedade e o meio ambiente em benefício do bem-estar coletivo e pessoal.

Os encaminhamentos finais dos grupos mostraram a necessidade de um acompanhamento sistemático e mais particularizado da equipe do projeto na forma de assessoria e de outras capacitações aos professores e gestores como multiplicadores

das atividades propostas pelo Caderno, a fim articular e fortalecer uma rede de ações para uma cidadania infanto-juvenil verdadeiramente participativa e expressiva na cidade de Itajaí, como mostram os seguintes depoimentos dos professores em seus encaminhamentos finais:

Este CADERNO deve ser aplicado em projetos que envolvem a Escola e a Comunidade. (Pedagogas e Professora)/ Ótimo para os Orientadores Educacionais trabalharem o capítulo sobre o ECA, de forma agradável. O capítulo 3 é ótimo para ser trabalhado pelo professor de 5ª a 8ª série nas disciplinas de Ciências e Ensino Religioso (direitos x deveres). Pode ser usado no projeto Escola Aberta, aos sábados, e no EJA noturno. (Administradora Escolar)/ Estender o trabalho aos pais e família, construindo um portfólio das atividades realizadas com o CADERNO. Seria interessante contar com o apoio da equipe em minha escola.(Professora) Parabéns pela iniciativa da proposta. Deveríamos, porém ser mais agraciados com momentos como este. (professora)/ O CADERNO pode e deve ser utilizado também na pré-escola, aprofundando a alfabetização porque resgata noções de identidade, limites, regras, participação na família e na comunidade etc...dentro de um contexto rico das próprias vivências das crianças. (Administrador Escolar)/ Podemos utilizar o CADERNO para uma pesquisa de campo que analise a situação ambiental da comunidade de nossa escola, bastante afetada pela falta de saneamento, acesso à informação, etc.. (professores e administrador escolar)/ A escola em que trabalho localiza-se numa zona rural, com poucos alunos, poucos recursos, e nem mesmo os professores estão preparados para lidar com todas as informações que os alunos precisam. Gostaríamos que a equipe acompanhasse os professores neste projeto. (diretora e administradora escolar)

Diante destes depoimentos, cabe observar que há um forte direcionamento por parte dos professores e gestores em estar inserindo o Caderno em suas escolas através de uma ação mais coletiva e integradora, que fortaleça a ação comunitária e a própria formação dos professores, carentes por qualificações teóricas e práticas sobre o real significado do “exercício da cidadania”, questão que ficou mais evidente no campo da política<sup>11</sup>, das transformações familiares do sociedade atual<sup>12</sup> e da falta de conhecimento do próprio Estatuto da Criança e do Adolescente.

Dessa forma, a função do professor/formador é de suma importância para a motivação dos educandos, e a afetividade nesta relação é fundamental para um desempenho positivo de ambas as partes. Formadores que não medem esforços para levar os seus alunos à ação, à reflexão crítica, à curiosidade, ao questionamento e à descoberta são essenciais. A relação estabelecida entre formadores e educandos constitui o cerne do processo pedagógico, sendo impossível desvincular a realidade

---

<sup>11</sup> Muitos professores sentiram dificuldade em explicar para seus alunos os mecanismos legais para o exercício da cidadania política no contexto municipal, isto é, como organizar um abaixo-assinado e levar à Prefeitura ou à Câmara de Vereadores da sua cidade e nem tampouco sabem diferenciar as ações e atribuições por ex, da função de um deputado e de um senador, a importância do vereador para a sua cidade etc...

<sup>12</sup> O caso mais polêmico era como discutir com os alunos o tema da união homoafetiva quando se discutia a família moderna enquanto espaço de participação/realização humana e não de segregação e violência.

escolar da realidade de mundo vivenciada pelos educandos, uma vez que essa relação é mútua, pois ambos podem ensinar e aprender através de suas experiências.

## **Resultados e Perspectivas**

Diante do que foi mencionado ao longo deste artigo, verifica-se que o Programa de Formação em Cidadania Infante-Juvenil conseguiu atingir vários de seus objetivos, que se consubstanciam, em resumo, na produção e publicação do Caderno de Cidadania e na realização da oficina destinada à capacitação dos multiplicadores acerca do conteúdo do Caderno.

O desafio atual do Programa é a conclusão do Livro dos Formadores, uma obra específica para subsidiar entidades e formar multiplicadores para a utilização do Caderno junto à população infante-juvenil, além da realização do curso de capacitação para os formadores (professores de escolas públicas, privadas, integrantes de entidades governamentais ou não, voltadas à temática da infância e juventude, líderes comunitários, entre outros).

Cidadania e socioambientalismo são temas complexos e que se complementam. Remetem à idéia de que nada está totalmente concluído, terminado. Neste contexto, o Programa de Formação em Cidadania Infante-Juvenil possui uma longa caminhada pela frente, motivado mais pelos desafios que se descortinam no dia a dia, do que pelas conquistas alcançadas.

## **Bibliografia**

- BENEVIDES, Maria Victoria de M. **A cidadania ativa: Referendo, plebiscito e iniciativa popular**. SP: Àtica, 2003.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. SP: Atica, 1999.
- CANAU, V. M., SACAVINO, S. B., MARANDINO, M., MACIEL, A. G. 1995. Tecendo a cidadania: oficinas pedagógicas de direitos humanos. Petrópolis: Vozes. 126p.
- DEMO, Pedro. **Cidadania Tutelada e Cidadania Assistida**. Campinas:Autores Associados, 1995, v.1
- \_\_\_\_\_. **Cidadania Pequena**. Campinas:Autores Associados, 2001.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Almanaque Brasil Socioambiental** SP, 2004.
- MARÉS, Carlos Frederico. Introdução ao Direito Socioambiental. In: LIMA, André (Org.). **O Direito para o Brasil Socioambiental**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2002.
- PRIORE, Mary del. **História da criança no Brasil**. SP: Contexto, 2004
- SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo: Petrópolis, 2005.
- SANTOS, Boaventura de S.(org) **Democratizar a democracia**. RJ: Civ. Brasileira, 2002.
- SILVA, D. J. **Viva a floresta viva**. Florianópolis: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - Programa de Educação Ambiental, 1996. 96 p.
- SOUZA, Jessé de. **A construção social da sub-cidadania**. BH: UFMG-IUPERJ, 2003.